

Ata 123 Aos quatorze dias, do mês de abril de dois mil e vinte e um, precisamente às dezesseis horas, reuniram-se no Auditório da Casa da Juventude/Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, para uma reunião Extraordinária, os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS/FUNDEB, Gestão 2021-2022, onde estavam presencialmente a Presidente do FUNDEB Cleunice Conzatti, a Vice Presidente Leidiane Maria Batista, o Secretário de Administração e Finanças Dalmo Hamann, Ivone Maria Kasmirski Pessatti, Silvana Thomazelli Deretti, Carlos Alexandre Baruffi, Ariane Berri Riegel e a Secretária de Educação Diva Spezia Ranghetti, e de forma virtual os membros Sandra Ciane Prawucki Micheluzzi, Helker Balen, Cinthia Mara Friedemann Tomio, Paula Jaine Petry Machado, Tânia Thomas e Helena Aparecida Koch. Inicialmente a Presidente do conselho Cleunice Conzatti dá as boas vindas e agradece a presença e participação de todos, onde em sequência explica o motivo e a importância da reunião que seria a apresentação da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias pelos gestores da Secretaria de Administração e Finanças e a Aprovação do Regimento Interno. Dessa forma, a presidente passa a palavra ao Secretário de Administração e Finanças Dalmo Hamann, que juntamente com a senhora Ivone Maria Kasmirski Pessatti, fazem a Apresentação da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 referente à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, bem como o planejamento e os orçamentos, sendo esta apresentada em slides para maior entendimento. Depois de realizada a apresentação a Presidente pergunta se há dúvidas e solicita o parecer dos membros do conselho. Não havendo dúvidas os presentes aprovam o exposto. Em seguida a Presidente apresenta aos membros do conselho o documento de Regimento Interno, que será anexado a esta ata, o qual sofreu algumas alterações e que foi aprovado pelos membros do conselho, onde devido ao curto tempo encontra-se disponível para leitura na Secretaria de Educação. Foi acordado também pelos membros que as reuniões deste conselho serão bimestrais e na 1ª sexta-feira do respectivo mês. Não havendo mais nada a tratar, eu Silvana Thomazelli Deretti, lavro a presente ata que será devidamente assinada por mim e todos os presentes, juntamente com a concordância dos demais (online) presentes nesta reunião.

REGIMENTO INTERNO DO CACS – CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art.1º O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal.

Art.2º Compete ao CACS – Conselho Municipal De Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113/2020;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE;

IV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII - atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de

estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao respectivo Tribunal de Contas.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - Membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

II - Membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

a) 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

b) 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

c) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

d) 1 (um) representante das escolas indígenas;

- e) 1 (um) representante das escolas do campo;
- f) 1 (um) representante das escolas quilombolas.

§ 2º Para fins da representação referida na alínea "c" do § 1º deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Massaranduba;
- III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;
- IV - desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
- V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 3º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

- I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;
- III - estudantes que não sejam emancipados;
- IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:
 - a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;
 - b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º Os membros do CACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no art. 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

- I - Pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;
 - a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- II - Por processo eletivo, pelos respectivos pares:
 - a) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
 - b) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- III - pela entidade sindical:
 - a) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
 - b) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- IV - Processo eletivo dotado de ampla publicidade:
 - a) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§ 1º Os membros do CACS-FUNDEB previstos no caput deste artigo, observados os impedimentos dispostos no art. 7º desta lei, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do

mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

I – nos casos das representações dos órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;

II – nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito nacional, estadual ou municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III – nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV – nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 2º As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 10 As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I - frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art.11 As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido e nomeado em reunião pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas.

Art.12 As reuniões do Conselho obedecerão a seguinte ordem:

I – Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II – Comunicação da presidência;

III – Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;

IV – Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;

V – Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Art. 13 O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

§ 1º Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

§ 2º O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art.14 Compete ao presidente do Conselho:

- I – Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II – Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- III – Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do conselho;
- IV – Dirimir as questões de ordem;
- V – Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- VI – Aprovar “ad referendum” do Conselho, nos casos de relevância e urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;
- VII – Representar o Conselho em juízo ou fora dele.

Art. 15 A atuação dos membros do CACS-FUNDEB e suas competências:

- I - não será remunerada;
- II - será considerada atividade de relevante interesse social;
- III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;
- IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;
- V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
 - a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
 - b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;
 - c) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;
- VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art.16 Perderá o mandato do Conselho o membro que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano, sendo substituído por seu suplente até o fim do mandato.

Art. 17 Compete aos membros do Conselho:

- I- Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II- Participar das reuniões do Conselho;
- III- Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV- Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho
- V- Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL – CACS FUNDEB

PARECER

ASSUNTO: Aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022

A LDO executa papel de grande relevância na estrutura de planejamento da administração pública, por estabelecer metas e prioridades para o próximo exercício, diretrizes para a elaboração da lei orçamentária e fixar normas para a execução das despesas. Além disso, após a vigência da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a LDO assumiu função central na gestão fiscal do Poder Público, mediante a fixação de metas fiscais aplicáveis à elaboração e execução do orçamento. Entre outras atribuições, a LDO também dispõe sobre a autorização para despesas com pessoal e encargos; orientações relativas à execução orçamentária; alterações na legislação tributária, contingenciamento das despesas bem como normas relacionadas à transparência da gestão pública

Diante da análise e do exposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, o Conselho é favorável pela aprovação.

Massaranduba (SC), 14 de Abril de 2021



CLEUNICE CONZATTI
Presidente

Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS FUNDEB

Membros:

B. Cadastreffi Silvana T. Deretti,

Walter Pereira

Sandra B.P. Micheluzzi

Tâmia Thomas

Sinthia Mara Friedemann Tomio

Roberto Ap. Koch

Kaua Machado

Elisia K. Steier





